

***Economic Policy Reforms***  
**Going for Growth - 2007 Edition**

*Summary in Portuguese*

***Reformas Políticas e Econômicas***  
**A Caminho do Crescimento – Edição de 2007**

*Sumário em Português*

**Sumário**

Na última década, vários países da OCDE não conseguiram diminuir a diferença do PIB per capita em relação aos países líderes, sendo necessária uma reavaliação das principais políticas que têm impacto sobre os fatores essenciais de crescimento. *A Caminho do Crescimento* foi lançado há dois anos para melhorar o bem-estar nos países da OCDE, através da comparação sistemática das políticas públicas nacionais e de seus resultados. Embora não tenha que degenerar em imitação grosseira, aprender lições advindas dos sucessos e insucessos dos outros é um poderoso fator de progresso. Ainda que os subsídios devam ser feitos para verdadeiras diferenças nas preferências sociais no âmbito dos países da OCDE, a exclusividade das circunstâncias nacionais não deveria ser utilizada como um caminho cômodo para remediar a persistência de políticas ineficazes.

A primeira edição de *A Caminho do Crescimento* inaugurou uma nova forma de supervisão através da comparação avaliativa, baseada nos indicadores da política estrutural vinculados, de maneira bem fundamentada, ao desempenho econômico. Utilizando-se desses indicadores, assim como das medidas de desempenho num amplo leque de áreas econômicas e de perícia detalhada dos comitês e do pessoal da OCDE, um conjunto de cinco prioridades políticas foi produzido para cada membro da OCDE. A segunda edição de *A Caminho do Crescimento*, publicada em 2006, acompanhou o progresso realizado nas áreas políticas identificadas como prioritárias e ampliou o alcance dos indicadores que sustentam a prática da avaliação estrutural, para levar em consideração as políticas que estimulam a inovação.

Como na primeira edição, *A Caminho do Crescimento 2007* identifica, individualmente, para os países e para a União Européia, cinco políticas prioritárias que têm mais probabilidades de incentivar o aumento do PIB per capita no futuro. Pelo menos

três dessas políticas prioritárias baseiam-se em indicadores de desempenho e de ferramentas políticas que podem ser comparados internacionalmente. As duas prioridades adicionais não são necessariamente suportadas pelos indicadores, mas acarretam uma perícia específica por país, com os fins de captar importantes áreas políticas que nem sempre podem ser avaliadas com base nos indicadores quantitativos.

O *Capítulo 1* apresenta uma síntese das grandes tendências do crescimento do desempenho nos países da OCDE num passado recente, e das políticas prioritárias que foram identificadas para abordar a fraqueza específica do desempenho. As recomendações específicas, feitas no contexto dessas prioridades, são debatidas mais detalhadamente nas notas inerentes a cada país no *capítulo 2*, e o conjunto de indicadores políticos utilizados para selecionar as prioridades são apresentados no *Capítulo 3*. As notas inerentes a cada país também fornecem informações relativas às medidas anteriores, se for o caso, tomadas para abordar o problema identificado e propor novas recomendações.

Visto que o alto índice de desemprego e a baixa participação da população ativa permanecem a maior preocupação em muitos países da Europa Continental, as medidas que visam à melhoria do desempenho do mercado de trabalho representam a maioria das prioridades políticas nessas economias. Para os países de baixa renda, bem como no Japão e na Suíça, aumentar a produtividade constitui o desafio principal, e as prioridades tendem, portanto, a focar mais na liberalização dos mercados de produtos, particularmente nas indústrias e serviços em rede. Os países de língua inglesa têm, geralmente, um bom desempenho no mercado de trabalho, mas têm em comum a necessidade de aumentar o nível de competências, particularmente através da melhoria do Ensino Médio. Afinal, grande número de países da UE compartilham a necessidade de reforçar seus sistemas educativos com os fins de melhorar a taxa de graduação e/ou a qualidade do ensino e da pesquisa realizados.

O *Capítulo 4* baseia-se nas recentes pesquisas da OCDE empreendidas no contexto da reavaliação da *Estratégia de empregos*, bem como num vasto conjunto de pesquisas disponíveis a respeito dos mercados de trabalho, para identificar algumas das políticas e instituições que constituem os resultados do emprego. Após uma breve análise das mudanças ocorridas no desempenho do mercado de trabalho na última década, avalia as principais influências políticas no emprego, através da demanda e da oferta de trabalho em geral e, para grupos específicos, explora o papel das políticas macroeconômicas e sua influência nos quadros de trabalho das políticas existentes, e examina os benefícios das reformas hipotéticas nos países da OCDE.

Estabelece que, em média, as mudanças nas políticas e instituições explicam aproximadamente a metade das variações das tendências de desemprego entre os países nas duas últimas décadas. De modo geral, os seguros-desemprego elevados e de longa duração, as altas diferenças de impostos e a rigorosa regulação anti-concorrencial do mercado de produtos (PMR) aumenta o desemprego e reduz a participação da população ativa. Contrariamente, os sistemas de negociação de salários altamente centralizados e/ou coordenados, assim como certas categorias de despesas públicas em programas ativos de mercado de trabalho (ALMP) parecem reduzir o desemprego. Diferentes pacotes políticos podem ocasionar rendas do emprego semelhantes, embora não necessariamente com o mesmo efeito no desempenho da economia global e nas finanças públicas.

Além dessas políticas gerais, as perspectivas de trabalho para certos grupos populacionais, como os trabalhadores idosos, as mulheres e os jovens, também são influenciadas por outras políticas mais específicas. Por exemplo, os incentivos à aposentadoria antecipada incorporados ao esquema de pensão pública e outros programas sociais de transferência diminuem o emprego para os mais idosos. Os subsídios de assistência à infância estimulam a participação feminina, mas os benefícios das crianças o diminuem. Do mesmo modo, é provável que um salário mínimo fixado em nível demasiadamente elevado deteriore as perspectivas de emprego para os jovens.

O *Capítulo 5* explora a maneira como a regulação que visa à restringir a concorrência no mercado de produtos afetou a difusão internacional das técnicas de melhores práticas na produção. Analisa de que modo essa regulação evoluiu até 2003, como afetou o crescimento da produtividade frente à rápida evolução das TIC na última década, e como as reformas que visam à reforçar a concorrência poderiam ocasionar o crescimento e contribuir para a convergência da produtividade nos países da OCDE. Apesar da grande tendência para a liberalização do mercado de produtos, as regulações continuam restringindo a concorrência nos setores não manufatureiros. As regulações que visam à limitar a concorrência no mercado de produtos têm efeitos adversos na produtividade e bloqueiam a adoção de técnicas de melhores práticas na produção. E isso prejudica, sobretudo, os países que foram ultrapassados no tocante às fronteiras tecnológicas em algumas indústrias.

Uma regulação restritiva atrasa a difusão da nova tecnologia pelo menos por dois motivos: desencoraja o investimento em equipamentos que integram as últimas TIC, e diminui a difusão da tecnologia proveniente do estrangeiro através do investimento estrangeiro direto (IED). Por exemplo, no período 1995-2003, as estimativas sugerem que o crescimento anual da produtividade poderia ter sido, no mínimo, em 0.75 % superior na metade dos países considerados, se as regulações que dificultam a concorrência tivessem sido no nível dos menos regulados na OCDE para cada setor.

Analisando com profundidade as recentes Pesquisas Econômicas de cada país da OCDE, o *Capítulo 6* avalia inúmeras políticas que influenciam a concorrência, dando maior enfoque aos obstáculos mais recentes à concorrência do que ao progresso alcançado nesta data. Estima que as leis relativas à concorrência proíbem os cartéis horizontais na maioria dos países, mas, em alguns casos, as sanções não chegam a níveis dissuasivos, o alcance para usos privativos é limitado e são insuficientes os mecanismos para levar os membros dos cartéis a desistirem. Em alguns países, as leis relativas à concorrência não são aplicadas às entidades vinculadas ao governo, o que distorce a concorrência com as companhias privadas.

Além do mais, em muitos países, as regulações ainda limitem a concorrência em diversos setores. Esse é o caso, em particular, da distribuição a varejo e dos serviços profissionais, impedindo os ganhos potenciais de eficiência entre outros, vinculados às economias de escala, ao comércio de serviços e à mobilidade no trabalho. Nas indústrias de rede, os maiores desafios restantes são como criar igualdade nas condições de concorrência entre as empresas pertencentes a diversos proprietários (nacionais e estrangeiros, por exemplo, ou públicos ou privados), particularmente no que se refere ao acesso às redes, e como providenciar incentivos a investimento para os proprietários de monopólios recém-privatizados.

Os governos dos países da OCDE comprometem-se em empreender reformas estruturais para reforçar o crescimento, o emprego e as finanças. Também se reconhece amplamente que o prosseguimento desses objetivos exige em muitos países uma extensiva reforma estrutural. No entanto, o progresso foi desigual tanto entre os países como entre os campos políticos. Uma razão para tal provém das possíveis permutas com objetivos não-econômicos valiosos. Na entanto, as diferenças na importância, no alcance e no momento da reforma, também refletem as restrições políticas. Compreender melhor os fatores existentes por trás da resistência à reforma e à descoberta de modos de superá-la encontram-se no núcleo da chamada “economia política de reformas estruturais”.

Essas questões de economia política são tratadas no *Capítulo 7*, que fornece uma breve análise dos modelos de reforma nos países da OCDE antes de recorrer a inúmeras pesquisas recentes da OCDE, de modo que as condições econômicas e políticas possam afetar o decorrer da reforma nos mercados de produtos e de trabalho. A análise dessa evidência nos fatores que afetam a implementação da reforma estrutural aponta para algumas lições temporárias, positivas e negativas, que podem ser aprendidas com a experiência passada, com a reforma econômica destacada pelos processos de vigilância da OCDE.

Em primeiro lugar, a análise econômica sugere que, embora as reformas orientadas para o mercado ajudem a incentivar os rendimentos globais, também podem induzir perdas para algumas pessoas, pelo menos no que concerne à ausência de compensação para contrabalançar. O fato de que a oposição para a reforma seja, muitas vezes, fundamentada nos complexos vínculos entre os custos e benefícios das mudanças políticas, e a permuta entre objetivos econômicos e outros objetivos, sugere que explicações compreensíveis e transparentes sejam elementos cruciais para reformas estruturais bem sucedidas.

Em segundo lugar, como levam tempo para se materializar e são, muitas vezes, difusas, as vantagens das reformas são percebidas como incertas. Contrariamente, aqueles que estão convencidos de que perderem com as mudanças podem facilmente se reconhecer entre si e unir-se para realizar as reformas, levando assim à “tirania do status quo”. As dificuldades de confrontar a ação coletiva na área da reforma leva a uma situação em que a crise é o fator principal das mudanças institucionais. Seria necessário, de preferência, uma reforma oportuna para evitar situações em que afinal, o custo da inação se torna tão obviamente proibitivo que esconde os custos a curto prazo da reforma.

Numa nota mais positiva, a pesquisa empírica apresentada no capítulo sugere que os países menores podem ser mais vigilantes e adeptos da introdução de reformas oportunas. Isto também poderia ser válido quando os sistemas políticos conduzem para a estabilidade governamental ou quando a política fiscal é suficientemente forte para autorizar a compensação adequada aos perdedores. Algumas reformas também podem ser mais fáceis de serem implementadas do que outras: a liberalização dos mercados financeiros, do comércio internacional e, numa certa medida, dos mercados de produtos, parecem ser politicamente menos sensíveis que as reformas do mercado de trabalho.

© OECD 2007

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

**Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.**

**Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE**  
[www.oecd.org/bookshop/](http://www.oecd.org/bookshop/)

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit,  
Public Affairs and Communications Directorate.

[rights@oecd.org](mailto:rights@oecd.org)

Fax: +33 (0)1 45 24 99 30

OECD Rights and Translation unit (PAC)  
2 rue André-Pascal  
75116 Paris  
França

Visite nosso sítio [www.oecd.org/rights/](http://www.oecd.org/rights/)

